



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO

N.º do Pedido: PI1100489-4 **N.º de Depósito PCT:**
Data de Depósito: 16/02/2011
Prioridade Unionista: -
Depositante: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (BRMG)
Inventor: Antônio Eustáquio de Melo Pertence, Mauro Heleno Chagas, Marcel Bahia Lanza
Título: “Dispositivo eletromecânico para equipamentos de atividade física ”

PARECER

Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas			
Elemento	Páginas	n.º da Petição	Data
Relatório Descritivo	1-10	014110000469	16/02/2011
Quadro Reivindicatório	1-2	870210008694	25/01/2021
Desenhos	1-5	014110000469	16/02/2011
Resumo	1	014110000469	16/02/2011

Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI		
Artigos da LPI	Sim	Não
A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção)		X
A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável)		X
O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI)	X	
O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI	X	

Comentários/Justificativas

Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI		
Artigos da LPI	Sim	Não
O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI	X	
O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI	X	

Comentários/Justificativas

Quadro 4 – Documentos citados no parecer		
Código	Documento	Data de publicação

Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI)		
Requisito de Patenteabilidade	Cumprimento	Reivindicações
Aplicação Industrial	Sim	1-9
	Não	-
Novidade	Sim	1-9
	Não	-
Atividade Inventiva	Sim	1-9
	Não	-

Comentários/Justificativas

Através da petição 870210008694 de 25/01/2021, a Requerente manifestou-se sobre o parecer técnico, publicado na RPI 2600 de 03/11/2020, alegando que o novo quadro reivindicatório apresentado (vide quadro 1) supera todas as não conformidades previamente citadas.

Após esta última reformulação do quadro reivindicatório, por parte da Requerente, observa-se que as reivindicações 1-9 passam a estar de acordo com as Instruções Normativas 30/2013 e 31/2013 e satisfazem os requisitos de patenteabilidade dispostos nos Arts. 8º, 11, 13 e 15 da LPI.

Conclusão

A matéria reivindicada apresenta novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º da LPI), e o pedido está de acordo com a legislação vigente, encontrando-se em condições de obter a patente pleiteada.

Assim sendo, defiro o presente pedido como Patente de Invenção, devendo integrar a Carta Patente **os documentos que constam no Quadro 1 deste parecer, exceto o resumo.**

Para a concessão da patente o depositante deverá efetuar o pagamento da retribuição e a respectiva comprovação correspondente à expedição da carta-patente, conforme os prazos estabelecidos no Artigo 38 da LPI.

Publique-se o deferimento (9.1).

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2021.

Fabício Meneses Resende
 Pesquisador/ Mat. Nº 1568422
 DIRPA / CGPAT IV/DINEC
 Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº 002/11